

O Bem Supremo em Aristóteles

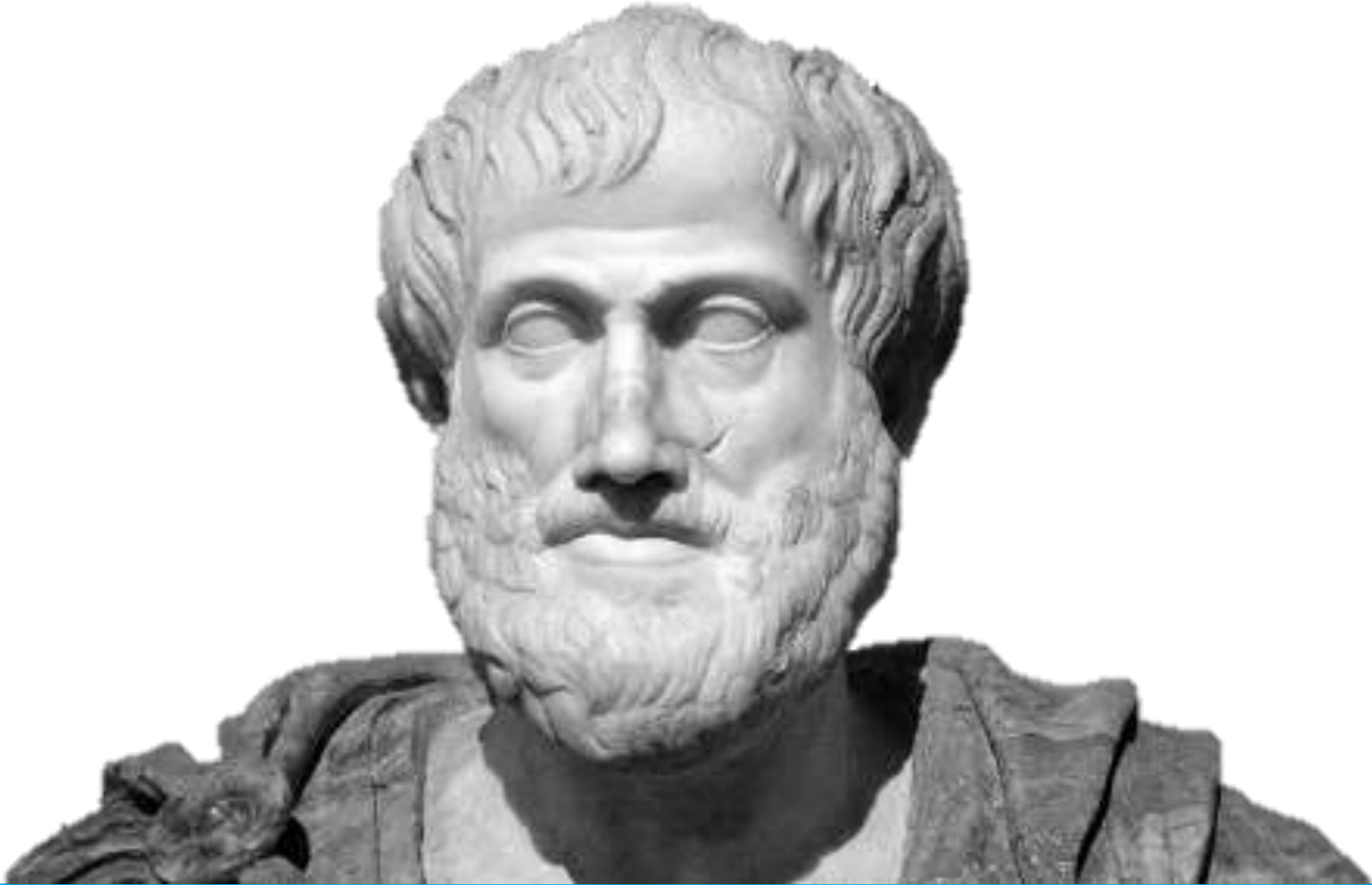
Autor: Felipe Moralles e Moraes,
Curso: Filosofia 2013/1, UFRGS
Orientador: Raphael Zillig



UFRGS
PROPEAQ

XXV SIC
Salão Iniciação Científica

CH - Ciências Humanas



O QUE É A FELICIDADE?

(1) Toda vez que paramos para pensar por que estamos fazendo algo, como ler esse pôster, encontramos por trás dessa nossa atividade certo desejo, como de nos prepararmos para uma exposição, o qual possui, usualmente, ainda outro desejo por detrás, como entender Aristóteles, e assim por diante. Num limite, deveríamos encontrar algo desejado por si mesmo, em razão do qual nós desejamos todas as demais coisas. Afinal, se desejássemos tudo por causa de outra coisa, nossos desejos se provariam vazios e fúteis. Não nos provaríamos irracionais correndo atrás de algo sem nenhum propósito final? Ao contrário, se conseguíssemos esbarrar, no limite, com um bem pelo qual desejamos todas as demais, seria ele claramente o melhor bem (*EN 1094a20*). A ciência da ética orienta-se, segundo Aristóteles, a esse nosso bem supremo, que se impõe à investigação, justamente, porque a perseguição interminável dos desejos por trás dos outros desejos volveria todos eles vazios e fúteis. O bem supremo atrai, por definição, mais que qualquer outro bem.

(2) Para atrair mais que qualquer outro bem, exigem-se dois critérios formais ao bem supremo: ser completo e autossuficiente. Primeiramente, o bem supremo deve ser completo, ou perfeito (*teleion*): “uma vez que há aparentemente vários fins, e nós escolhemos alguns deles (por exemplo, riqueza, flautas e, em geral, instrumentos) por causa de algo diverso, é claro que nem todos bens são completos. Mas o melhor bem é aparentemente algo completo. Assim, se somente um bem é completo, o bem que procuramos será esse bem; se mais fins que um são completos, será o mais completo desses bens” (*EN 1097a25*). Em primeiro lugar, o bem supremo representa, então, um termo final em vista do qual encadeiam-se fins anteriores. Além disso, o bem supremo deve ser autossuficiente (*autarkes*), na medida em que “definimos algo como autossuficiente quando só por si mesmo torna a vida desejável e carente de nada” (*EN 1097b15; cf. 1169b5, 1176b5*). Assim, o bem supremo não carece, em segundo lugar, de nenhuma adição.

(3) De modo trivial, consideramos a felicidade (*eudaimonia*) como nosso bem supremo, porque “mais do que tudo, parece completa sem qualificação”, já que “nós sempre a escolhemos por causa de si mesma, nunca por causa de algo diverso” (*EN 1097b1*); além de fazer, por si só, a vida desejável e carente de mais nada (*EN 1097b15*). Mas como atingimos então, segundo Aristóteles, esse bem supremo? Em suas palavras: “o que é o mais alto de todos os bens atingível em ação? Tão longe vai seu nome, a maioria das pessoas concorda virtualmente; pois ambos a multidão e os instruídos chamam-na felicidade, e eles supõe que viver bem e fazer bem são o mesmo que ser feliz. Porém eles discordam sobre o que a felicidade é, e a multidão não dá a mesma resposta que os sábios” (*EN 1095a15-20*). E quem tem o critério correto para definir a felicidade?

DIVERGÊNCIAS:

(4) As interpretações conflitam na compreensão do bem supremo aristotélico. Uns enxergam-no sob forma de um bem de primeira ordem, isto é, de uma certa alternativa entre múltiplos bens – prazer, ou fama, ou ciência, etc. Outros, sob forma de um bem de segunda ordem, isto é, de uma harmonia constituída de vários bens. Diante da afirmação, em especial, de que o bem humano “prova-se como atividade da alma de acordo com a virtude, e de fato com a melhor e mais perfeita virtude, se há mais virtudes que uma” (*EN 1098a15*), lamenta William Hardie a predisposição a uma arquitetura orientada a uma virtude superior às demais e, por isso, dominante: o saber teórico. Enquanto isso, Marco Zingano tenta compatibilizar a passagem com a interpretação do bem supremo inclusivo, que guarda lugar para várias atividades dignas de valor, porquanto se compreenda a virtude perfeita como uma maneira de ser das virtudes.

CONCLUSÕES:

(5) A pesquisa ainda não permitiu uma tomada de posição definitiva, porque derivam da controvérsia inúmeras consequências para a inteligência da ética aristotélica, como o papel da deliberação, do altruísmo, da essência do homem, e também da política. Essa parece inclusive exigir um modelo alternativo.

REFERÊNCIAS:

- ACKRILL, J. L. Sobre a eudaimonia em Aristóteles. In: ZINGANO, Marco (Org.). *Sobre a ética nicomaqueia de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus, 2010.
- HARDIE, W. F. R. *Aristotle's ethical theory*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1999.
- HARDIE, W. F. R. O bem final na ética de Aristóteles. In: ZINGANO, Marco (Org.). *Sobre a ética nicomaqueia de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus, 2010.
- IRWIN, Terence. *Aristotle's first principles*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- KEYT, David. Intellectualism in Aristotle. In: IRWIN, Terence (Ed.). *Classical philosophy: collected papers*. Vol. 5. New York/London: Garland Publishing, 1995.
- ZINGANO, Marco. Eudaimonia e bem supremo em Aristóteles. In: ZINGANO, Marco. *Estudos de ética antiga*. 2.ed. São Paulo: Discurso editorial, 2009.
- ZINGANO, Marco. Eudaimonia e contemplação. In: ZINGANO, Marco. *Estudos de ética antiga*. 2.ed. São Paulo: Discurso editorial, 2009.



**MODALIDADE
DE BOLSA**

IC Voluntária